Relatório e Contas 2011

Fundação Manuel Cargaleiro

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2011

No cumprimento da competência que lhe é conferida pelo artº 17º, nº 1, dos Estatutos, o Conselho Fiscal da Fundação Manuel Cargaleiro apresenta o relatório sobre a actividade de fiscalização desenvolvida em 2011 e emite o seu parecer sobre o respectivo balanço e a demonstração de resultados da Instituição.

Nesta conformidade, considerando que:

1. O Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, que mostram uma situação financeira caracterizada pelos seguintes principais valores (expressos em milhares de euros)

Activo: 5 106
Fundos Próprios: 5 055

Resultado líquido do exercício: -48

- 2. O Relatório de Auditoria, subscrito pela *RLGM-Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.* em 1 de Fevereiro de 2012, e só agora presente ao Conselho Fiscal, expressa a opinião de que as demonstrações financeiras "apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação Manuel Cargaleiro em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal".
- 3. No referido Relatório de Auditoria é dada ênfase a:
 - a) Na conta de imobilizado corpóreo estão registadas obras de arte no montante de 4 922,9 milhares de euros, cujos montantes não foram certificados e cuja oscilação de valorização tem impacto no valor do património da Fundação;

Recomenda-se ao Conselho de Administração uma especial atenção à ênfase apresentada pelo ROC, pelo que se sugere a realização de uma

avaliação, por peritos especializados, das obras de arte registadas na conta de imobilizado corpóreo da Fundação.

O Conselho Fiscal toma em consideração a opinião expressa pela *RLGM-Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.* e o conhecimento que lhe advém do acompanhamento da actividade da Fundação para emitir o parecer de que as demonstrações financeiras representam adequadamente a situação patrimonial da Instituição.

Considerando que se encontram cumpridas as disposições estatutárias relativas à prestação de contas e fiscalização da Fundação, o Conselho Fiscal é de parecer que sejam aprovados o Balanço e a Demonstração de Resultados relativos ao exercício de 2011, os quais foram elaborados de acordo com as normas definidas pelo SNC.

Lisboa, 25 de Novembro de 2014.

O Conselho Fiscal

Carlos P. V. Monjardino

Presidente

José Lourenço Soares

Francisco Alvarinho Correia

FUNDAÇÃO MANUEL CARGALEIRO

Acta Avulso número Quatro

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e doze, pelas dezasseis horas, reuniu, na sua sede na Rua dos Cavaleiros, número Vinte e Três, em Castelo Branco, o Conselho de Administração da Fundação Manuel Cargaleiro, estado presentes: Dr. António Tomás Correia, Vice Presidente do Conselho de Administração, Joaquim Morão Lopes Dias, Fernando Palouro das Neves, Dr. António José Alves Dias, vogais do Conselho de Administração, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Aprovação do Relatório e Contas do ano de 2011;

O Presidente do Conselho de Administração, Mestre Manuel Alves Cargaleiro, apresentou ao Conselho de Administração o Relatório e Contas relativas ao ano de 2011. (Anexo 1)

O Conselho de Administração aprovou por unanimidade o Relatório apresentado.

O Presidente

Manuel Alves Cargaleiro)

O Vice-Presidente do Conselho de Administração

(Dr. António Tomás Correia)

Vogal do Conselho de Administração

(Joaquim Morão Lopes Dias)

Vogal do Conselho de Administração

(Fernando Palouro das Neves)

Vogal do Conselho de Administração

(Dr. António José Alves Dias)

BALANÇO INDIVIDUAL DEZEMBRO 2011

fr An

		Montantes expressos em EÚRO EXERCÍCIOS		
RUBRICAS	NOTAS	2011	2010	
ACTIVO		2011	2010	
Activo não corrente:				
Activos fixos tangíveis		4 025 755 12	4 027 652 69	
		4 925 755,13	4 937 652,68	
Activos intangíveis				
Accionistas/sócios				
Accionistas/socios.		4 005 755 40	4 027 052 00	
Activo corrente:	-	4 925 755,13	4 937 652,68	
Inventários		38 487,92	38 487,92	
Clientes		30 407,92	30 407,92	
Estado e outros entes públicos.		50.05	E0 95	
Diferimentos		59,85	59,85	
Outros activos correntes.		38,39	100 477 10	
		115 035,01	108 477,19	
Caixa e depósitos bancários		26 982,73	33 345,23	
		180 603,90	180 370,19	
Total do Activo		5 106 359,03	5 118 022,87	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio:				
Capital realizado		4 927 941,26	4 927 941,26	
Outros instrumentos de capital próprio				
Reservas legais				
Outras reservas		87 447,36	87 447,36	
Resultados transitados		45 409,13	(27 701,01)	
Outras variações no capital próprio		42 569,85		
Resultado líquido do período		(47 992,21)	73 110,14	
Total do capital próprio		5 055 375,39	5 060 797,75	
Passivo				
Passivo não corrente:				
Provisões				
Financiamentos obtidos.				
Outras contas a pagar				
Passivo corrente:				
Fornecedores				
Estado e outros entes públicos		5,00	5,00	
Diferimentos			-,	
Outros passivos correntes		50 978,64	57 220,12	
		50 983,64	57 225,12	
Total do passivo		50 983,64	57 225,12	
		30 000,0-1	J. 250,12	
Total do Capital Próprio e do Passivo		5 106 359,03	5 118 022,87	

A Gerência:

O Técnico de contas:

1503333480

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (Modelo para ME)

De Janeiro até Dezembro

Montantes expressos em FURO

			éxpressos em EURO			
RUBRICAS	BRICAS NOTAS		NOIAS		T	
		2011	2010			
RENDIMENTOS E GASTOS						
Vendas e serviços prestados		8 170,50	196 843,00			
Subsídios à exploração						
Variação nos inventários da produção						
Trabalhos para a própria entidade						
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas						
Fornecimentos e serviços externos		(44 170,20)	(123 569,91)			
Gastos com o pessoal						
Imparidade (perdas/reversões)						
Provisões (aumentos/reduções)						
Outros rendimentos e ganhos						
Outros gastos e perdas		(144,63)	(181,33)			
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-	(36 144,33)	73 091,76			
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(11 897,55)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-	(48 041,88)	73 091,76			
Juros e rendimentos similares obtidos		49,67	18,38			
Resultado antes de impostos		(47 992,21)	73 110,14			
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período		(47 992,21)	73 110,14			
		,00				

A Gerência:

O Técnico de contas:

150333480

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de "Fundação Manuel Cargaleiro", as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de balanço de 5 106 milhares de euros e um total de capital próprio de 5 055 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 48 milhares de euros), e a Demonstração dos resultados por naturezas.

RESPONSABILIDADES

- 2 É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticos adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e





Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 - O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do

relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 - Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa

opinião.

OPINIÃO

7 - Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e

apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de "Fundação Manuel

Cargaleiro" em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data,

em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASE

Na conta de imobilizado corpóreo estão registadas obras de arte no montante de 4 922,9 milhares de euros,

cujos montantes não foram por nós certificados, e cuja oscilação de valorização tem impacto no valor do

património da Fundação, pelo que as mesmas devem ser deve ser objecto de avaliação por peritos

especializados.

Castelo Branco, 17 de Marco de 2012

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda

Representada pelo Dr. Carlos António Rosa Lopes (ROC nº 645)

A ful

Fundação Manuel Cargaleiro

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO: 2011

RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 31

Fundação Manuel Cargaleiro

1 - Introdução

A Fundação Manuel Cargaleiro, com sede social em Rua dos Cavaleiros, 23, com um capital social de 4.927.941,26 €, tem como atividade principal Associações culturais e recreativas. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2011.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contem uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Fundação Manuel Cargaleiro, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

De acordo com a generalidade dos analistas, a economia mundial registou em 2011 um crescimento moderado, no entanto, o ano que se afigurava ser de consolidação da ultrapassagem de uma das suas fases mais turbulentas de sempre, acabou por ficar marcado pela crise da zona euro.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

A atividade económica a nível mundial, de acordo com o FMI, terá registado em 2011 um crescimento positivo de cerca de 3,8%, sendo que o PIB das designadas economias desenvolvidas apresenta uma tendência inferior, situando-se na ordem dos 1,6%, contra os 6,2% das economias emergentes. Comparando os ritmos de crescimento dos EUA e da zona euro, apesar das taxas de crescimento não serem muito diferenciadas, 1,8% nos EUA e 1,6% na zona euro, as previsões apontam para os EUA continuarem a crescer ao mesmo ritmo enquanto a nível europeu as expetativas para 2012 são de recessão ligeira.

Estas previsões são influenciadas pelo desempenho das economias da zona euro no segundo semestre e, particularmente no último trimestre de 2011, que ficaram marcados pela crise das dívidas soberanas de alguns países europeus. Esta crise acabou por reduzir as perspetivas de crescimento da economia mundial e, particularmente da zona euro, ao diminuir a confiança dos investidores e contrair o consumo.

Os excessivos défices públicos dos últimos anos, provocados quer pela queda das receitas fiscais e aumento das prestações sociais de apoio ao emprego, quer pela adoção de medidas estímulo à economia e consequente tem levado ao agravamento da dívida pública na maioria dos países desenvolvidos, sendo que em 2011 o rácio do défice público tenha atingiu os 8,7% do PIB nos EUA, 6,6% na OCDE e 4,75% na UE, embora ligeiramente abaixo na zona euro (4,3%).

O enquadramento económico dos últimos anos tem como consequência uma crise mundial de emprego. De acordo com os dados do Eurostat, a taxa de desemprego da união europeia situou-se nos 9,9% em Dezembro de 2011, embora ligeiramente superior na zona euro (10,4%), sendo que nos EUA este valor caiu para 8,3% (face aos 9,7% de 2010), tendo a média dos países da OCDE mantido os níveis de 2010, nos 8,2%.

O atual contexto de fortes tensões nos mercados financeiros contribuiu para a perda de acesso do setor público e, em consequência, do setor bancário a financiamento de mercado em condições regulares. Desta forma houve a necessidade de alguns países europeus solicitarem a assistência financeira junto do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia.

Administração/ Gerência

of fuith

Fundação Manuel Cargaleiro

Em termos de mercado cambial, o mesmo tem evoluído de forma relativamente estável. O euro apreciou-se ligeiramente face ao dólar durante o primeiro semestre de 2011, tendo-se depreciado um pouco nos primeiros meses do terceiro trimestre. Para este equilíbrio cambial têm contribuído as operações no mercado cambial das autoridades japonesas, em intervenção concertada com os países do G7, com vista a limitar a volatilidade da taxa de câmbio do iene. O dólar norte-americano, apesar da depreciação recente, encontra-se ligeiramente apreciado face aos seus valores de equilíbrio. Durante o primeiro semestre, destaca-se ainda a evolução do franco suíço, que se apreciou para níveis históricos face ao euro. Para conter este movimento, as autoridades intervieram no mercado e, já em Setembro, o governador do banco central revelou que iria impedir a apreciação do franco suíço face ao euro para além de 1.2 EUR/CHF.

2.2 A nível Nacional

Do ponto de vista económico e social o desempenho de Portugal revela um desempenho preocupante com a contração da economia portuguesa em 2011 e prevista para 2012, seguida de uma virtual estagnação em 2013.

Esta contração da atividade económica, a qual não tem precedente na economia portuguesa, traduz uma queda significativa da procura interna, tanto pública como privada. Apesar de um crescimento significativo das exportações, segundo dados do Banco de Portugal, o mesmo o qual não é suficiente para compensar a forte contração da procura interna, num quadro de desalavancagem do setor privado e de consolidação orçamental.

No quadro da crise da dívida soberana na área do euro, conforme acima referido, e tendo em consideração os desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos levou à necessidade do governo português recorrer ao Fundo Monetário Internacional para acesso a financiamento externo. Este pedido deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), em que o Governo de Portugal se comprometeu a adotar medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de caráter estrutural. Estas medidas, apesar de visarem a criação de condições indispensáveis ao crescimento sustentável da economia portuguesa, têm um inevitável efeito contracionista no curto prazo.

Assim sendo, em termos reais, o PIB terá apresentado uma taxa de variação homóloga de -2,7% no quarto trimestre de 2011 (-1,8% no trimestre anterior), fixando a taxa anual de crescimento do PIB em -1,5%. A evolução do PIB traduziu, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), um significativo agravamento do contributo da Procura Interna, sobretudo em resultado da diminuição expressiva do Investimento e das Despesas de Consumo Final das Famílias.

Nos restantes países intervencionados, de referir pela negativa a Grécia, cuja tensão social e as dificuldades políticas internas têm vindo a dificultar progressos consistentes nas reformas necessárias exigidas pela Troika e a confiança dos investidores; e pela positiva a Irlanda que devido à maior flexibilidade e diversificação da sua atividade económica, encontra-se atualmente com perspetivas mais otimistas no que respeita à recuperação económica.

No que diz respeito à evolução do emprego, a taxa de desemprego em Portugal atingiu no último trimestre de 2011 os 13,6%, representando uma subida de 2,5% face a 2010, sendo atualmente o quarto mais elevado da UE, terceiro pior da zona euro. Este valor, para além de ser 1,2% superior ao registado no trimestre anterior, revela um número de desempregados a aproximar-se dos 700 mil.

Em termos orçamentais, Portugal atingiu em 2011 as metas estabelecidas pela Troika, no entanto este objetivo foi apenas conseguido através de uma transferência parcial dos fundos de pensões da banca, o que

Administração/ Gerência

Pag. 3 de 9

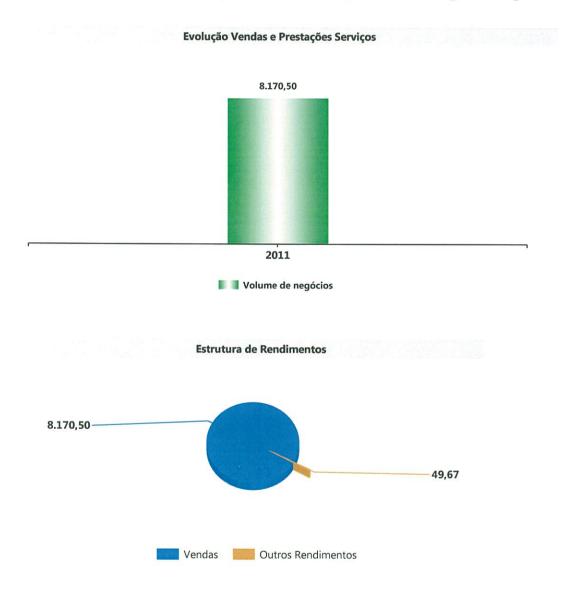
Fundação Manuel Cargaleiro

implica que o "ajustamento subjacente em 2011 tenha sido inferior ao esperado". O défice orçamental em 2011 cifrou-se em cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), abaixo dos 5,9% inicialmente previstos. No entanto, sem a transferência dos fundos de pensões, o défice teria ficado nos 7,5% do PIB.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2011 os resultados espelham a boa/má atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 8.170,50 €, representando uma variação de 0,00% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



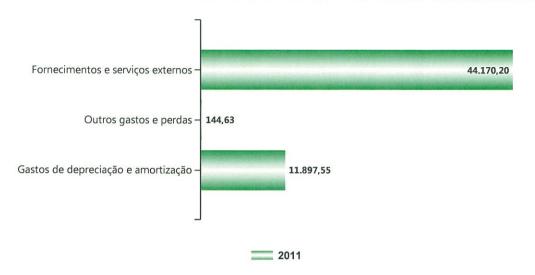
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Administração/ Gerência

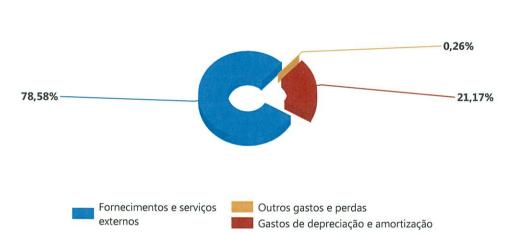
Pag. 4 de 9

Fundação Manuel Cargaleiro

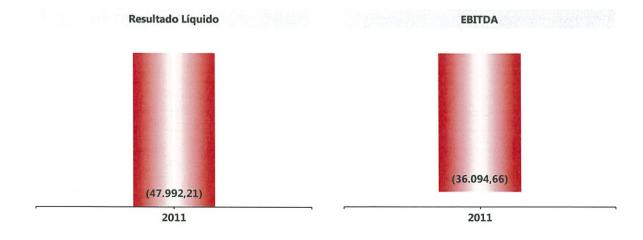




Estrutura de Gastos Percentual



Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



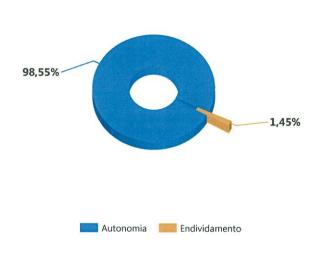
Administração Gerência

Anight

Fundação Manuel Cargaleiro

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:





De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2011	
Ativo não corrente	4.925.755,13	96 %
Ativo corrente	204.219,90	4 %
Total ativo	5.129.975,03	

RUBRICAS	2011	
Capital Próprio	5.055.375,39	99 %
Passivo não corrente	0,00	0 %
Passivo corrente	74.599,64	1 %
Total Capital Próprio e Passivo	5.129.975,03	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Fundação Manuel Cargaleiro no período económico findo em sábado, 31 de Dezembro de 2011 realizou um resultado líquido de -47.992,21€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

ANO	2011
Resultados Transitados	(47.992,21)

5 - Expetativas Futuras

Administração Gerência

Pag. 6 de 9

Fundação Manuel Cargaleiro

5.1. Cenário macroeconómico

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para a contração sem precedente da atividade económica em Portugal em 2012 e 2013. Esta evolução traduz o impacto sobre a atividade económica do ajustamento de um conjunto de desequilíbrios acumulados ao longo de mais de uma década.

A projeção da atividade económica para o período 2012-2013 realizada pelo Banco de Portugal tem subjacente uma forte retração da procura interna, acompanhada de uma redução substancial do desequilíbrio externo. As condicionantes de origem interna implicarão uma queda da procura interna privada, que traduz uma contração sem precedente do consumo privado, em particular do consumo de bens duradouros (que se prevê uma redução acumulada superior a 40% no período 2011-2013), depois de um período prolongado de crescimento acima do PIB, e do investimento privado (tanto empresarial como residencial). A diminuição do consumo provado deverá atingir 6% em 2012 e 1,8% em 2013, o que corresponde a uma queda acumulada de 11% no período 2011-2013. A queda acumulada do volume de consumo público no período 2012-2013 será da ordem de 7,5%, contrastando com o aumento persistente registado no passado.

Adicionalmente, a prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário leva à prevalência de condições mais restritivas de acesso ao crédito e as limitações impostas pelas condições de solvabilidade decorrentes das restrições orçamentais das famílias também deverão afetar de forma significativa a evolução do consumo em 2012, limitando a capacidade de alisamento das decisões de despesa privada.

Atendendo ao nível de endividamento externo atingido, a redução da procura interna necessária para assegurar as condições de solvabilidade externa da economia portuguesa tem uma magnitude sem precedente. O seu impacto sobre a atividade económica dependerá em larga medida do enquadramento externo da economia portuguesa.

Em sentido contrário, as exportações deverão manter um crescimento próximo do considerado para a procura externa dirigida à economia portuguesa, sendo mesmo a única componente da procura agregada que se prevê registar taxas de crescimento positivas. Esta alteração da composição da despesa agregada traduz-se numa posição próxima do equilíbrio da balança corrente e de capital em 2013, a qual é fundamental para assegurar as condições de solvabilidade da dívida externa, um dos requisitos necessários para o regresso da posição de investimento internacional a uma trajetória sustentável. Relativamente ao mercado de trabalho, é prevista uma redução do emprego de 1,8% e 0,6%, respetivamente em 2012 e 2013. Enquanto em 2012 a contração do emprego será relativamente similar nos dois setores, público e privado, já em 2013 será mais intensa no setor público.

Em termos de inflação, esta deverá manter-se em níveis elevados em 2012, cerca de 3,6%, e descer para próximo de 1 por cento em 2013. É previsto um aumento muito moderado dos preços de importação de bens não energéticos, tendo em consideração uma virtual estabilização dos preços das matérias-primas e uma forte moderação salarial, num contexto em que o desemprego se deverá manter em níveis historicamente elevado. Esta projeção é fortemente condicionada por medidas de política orçamental, (como por exemplo, a reclassificação de alguns bens e serviços sujeitos às taxas de IVA reduzidas para a taxa normal e o aumento de preços administrados e de alguns impostos específicos sobre o consumo).

Depois de uma expressiva contração, da ordem dos 11% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2011, a atual projeção incorpora uma redução semelhante em 2012, seguida de uma queda de 1,8% em 2013. Embora este padrão de evolução seja transversal a todos os setores institucionais, espera-se uma evolução relativamente mais favorável da FBCF empresarial a partir do início de 2013, num quadro de manutenção do

Administração/ Gerência

Of Anight

Fundação Manuel Cargaleiro

dinamismo das exportações.

No entanto, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global e, em particular, à resposta institucional à crise da dívida soberana na área do euro.

Por último, a implementação das reformas no mercado de trabalho afigura-se crucial para dinamizar a criação de emprego. Uma restruturação eficiente do setor empresarial passa por melhorar a afetação dos trabalhadores aos postos de trabalho e aumentar a flexibilidade interna e externa das empresas, de forma a assegurar a criação de emprego. As reformas devem eliminar as rendas no mercado de trabalho, associadas. Uma vertente crucial deste enquadramento diz respeito ao aumento da concorrência em alguns mercados, em particular de bens e serviços não transacionáveis, quer pela eliminação de barreiras à entrada, quer pelo aumento dos poderes dos reguladores, de forma a garantir uma efetiva implementação da legislação existente deste financiamento externo. A reforma do sistema judicial desempenha um papel crucial para a melhoria do funcionamento dos mercados na economia portuguesa. Estas reformas devem ser acompanhadas por um quadro fiscal adequado, com vista a promover o investimento produtivo quer ao nível do capital humano, quer do capital físico.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso do processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento de forma sustentável em Portugal.

6 - Outras Informações

A Fundação Manuel Cargaleiro não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2010.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

Administração/ Gerência

of Aughl

Pag. 8 de 9

Fundação Manuel Cargaleiro

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Fundação Manuel Cargaleiro.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações dos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Administração/ Serência

Pag. 9 de 9

Ahranger Amarian

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Fundação Manuel Cargaleiro

ANO: 2011

F Am

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade

1.1 Dados de identificação

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

- 2.1 Referencial contabilístico utilizado
- 2.2 Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras
- 2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

5 - Ativos fixos tangíveis

5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

9 - Inventários

9.2 Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

10 - Rédito

- 10.1 Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços
- 10.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

14 - Impostos e contribuições

- 14.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:
- 14.2 Outras divulgações relacionadas com impostos sobre os rendimentos
- 14.3 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

16 - Benefícios dos empregados

16.3 Outras divulgações

17 - Divulgações exigidas por diplomas legais

- 17.1 Informação por atividade económica
- 17.2 Informação por mercado geográfico
- 17.3 Decomposição e movimento dos fundos patrimoniais
- 17.4 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

18 - Outras informações

18.1 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

20 - Apenas para IES - Fluxos de caixa

20.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Administração/ Gorência

Pag. 2 de 10

Notas às Demonstrações Financeiras

Administração/ Gerência

Pag.

Pag. 3 de 10

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Fundação Manuel Cargaleiro

Sede social: Rua dos Cavaleiros, 23

Endereço eletrónico: museucargaleiro.cb@mail,telepac.pt Natureza da atividade: Associações culturais e recreativas

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a sábado, 31 de Dezembro de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31-12-2011.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Nenhuma disposição do SNC foi derrogada

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Todas as contas de Balanço e das Demonstração dos Resultados s~so comparaveis com as do periodo anterior.

Administração/ Gerênci

of the

Rag. 4 de 10

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 25%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

Administração/ Gerência

Pag. 5 de 10

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 10 - Rédito das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

5 - Ativos fixos tangíveis

5.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Administração/ Gerencia

Técnico Oficial de Contas Nº 39364

Pag. 6 de 10

Fundação Manuel Cargaleiro

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edificios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamento s biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamento s AFT	TOTAL
Valor bruto no início			4.922.953,27		43.902,34		17.430,00			4.984.285,61
Depreciações acumuladas					58.530,48					58.530,48
Saldo no início do periodo			4.922.953,27		(14.628,14)		17.430,00			4.925.755,13
Variações do período										
Total de aumentos										
Total diminuições					11.897,55					11.897,55
Depreciações do período					11.897,55					11.897,55
Outras transferências					11.897,55					11.897,55
Saldo no fim do período			4.922.953,27		(14.628,14)		17.430,00			4.925.755,13
Valor bruto no fim do período			4.922.953,27		43.902,34		17.430,00			4.984.285,61
Depreciações acumuladas no fim do período					58.530,48					58.530,48

9 - Inventários

9.2. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	38.487,92		38.487,92			
Compras						
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais	38.487,92		38.487,92			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas						
OUTRAS INFORMAÇÕES						

10 - Rédito

10.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

"O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Associação e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber. "

10.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

0			
Administração/ Gerência	/ V		0
	1/1	AL	115
	- 11	/\	A100

Técnico Oficial de Contas Nº 39364

Pag. 7 de 10

Descrição	Valor Período
Vendas de bens	8.170,50
Juros	49,67
Total	8.220,17

Et in

14 - Impostos e contribuições

14.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período		
Resultado antes de impostos do período	(47.992,21)		
Imposto corrente			
Imposto diferido			
Imposto sobre o rendimento do período			
Tributações autónomas			
Taxa efetiva de imposto			

- 14.2. Outras divulgações relacionadas com impostos sobre os rendimentos
- 14.3. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos		5,00		5,00
Outras tributações	59,85		59,85	
Total	59,85	5,00	59,85	5,00

16 - Benefícios dos empregados

16.3. Outras divulgações

Os membros dos orgãos directivos não são remunerados

17 - Divulgações exigidas por diplomas legais

17.1. Informação por atividade económica

Administração/ Garência

Pag. 8 de 10

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	8.170,50	8.170,50
De mercadorias	8.170,50	8.170,50
Fornecimentos e serviços externos	44.170,20	44.170,20
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Gastos com o pessoal		
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	4.925.755,13	4.925.755,13
Propriedades de investimento		

17.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra- comunitário	Total
Vendas	8.170,50			8.170,50
Prestações de serviços				
Fornecimentos e serviços externos	44.170,20			44.170,20
Rendimentos suplementares:				

17.3. Decomposição e movimento dos fundos patrimoniais

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	4.927.941,26			4.927.941,26
Reservas	87.447,36			87.447,36
Outras reservas	87.447,36			87.447,36
Resultados transitados	45.409,13			45.409,13
Outras variações nos capitais próprios	42.569,85			42.569,85
Subsídios	42.569,85			42.569,85
Total	5.103.367,60			5.103.367,60

17.4. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em ações, conforme resulta da proposta de aplicação dos resultados do órgão de gestão.

- Ações próprias

Administração/ Gerência

Pag. 9 de 10

Fundação Manuel Cargaleiro

A Entidade não detêm ações próprias, nem efetuou quaisquer transações com ações próprios durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

18 - Outras informações

18.1. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período		
Serviços especializados	44.170,20		
Trabalhos especializados	2.842,20		
Honorários	41.328,00		
Total	44.170,20		

20 - Apenas para IES - Fluxos de caixa

20.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	8.482,61		In the Management Sons	8.482,61
Depósitos à ordem	18.504,12			18.504,12
Outros depósitos bancários				
Total	26.986,73			26.986,73

Administração/ Gerência

Pag. 10 de 10